



P r e f e i t u r a M u n i c i p a l d e B i r i g u i

CNPJ: 46.151.718/0001-80

SECRETARIA DE FINANÇAS

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
(1º quadrimestre 2017)**

BASE LEGAL

➤ LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101
de 4 de maio de 2000 – LRF.

§ 4o Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1o do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

➤ EDITAL Nº 07/2017

Convocação foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do
Município de Birigui no dia 12/05/2017.

RECEITAS

DECRETO-LEI Nº 1.939, DE 20 DE MAIO DE 1982.

Dá nova redação ao Artigo 11, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964:

"Art. 11 - A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas:

Receitas Correntes e Receitas de Capital".

➤ **RECEITAS CORRENTES - Natureza da Receita 1.x.x.x.xx.xx.xx**

São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

➤ **RECEITAS DE CAPITAL - Natureza da Receita 2.x.x.x.xx.xx.xx**

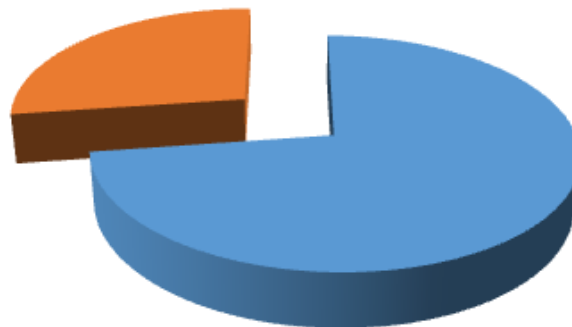
São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

Receita X Orçamento

1º Quadrimestre/17

RECEITAS	ORÇADO 2017	REAL 1º Qd/17	Real - 2017
CORRENTES	295.000.000,00	110.517.966,17	37,46%
CAPITAL	-	117.943,92	
TOTAL	295.000.000,00	110.635.910,09	

Receitas Correntes - 1º Quadrimestre/2017



■ ORÇADO 2017 ■ REAL 1º Qd/17

Composição da Receita

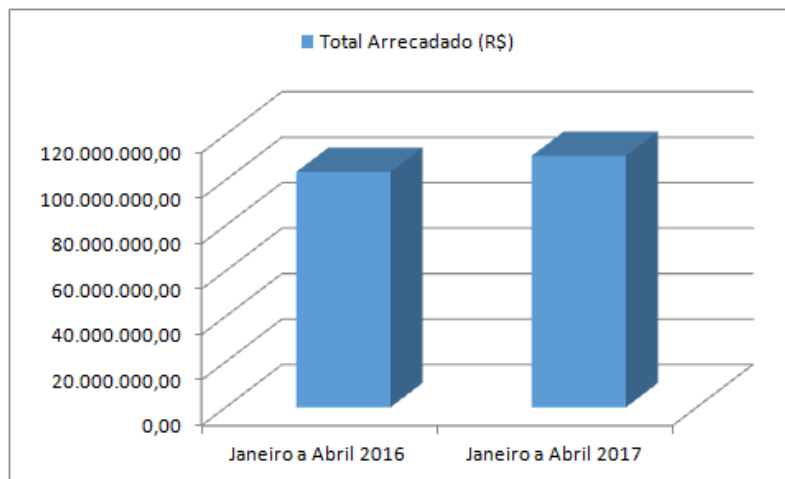
1º Quadrimestre 2017

RECEITA POR NATUREZA	REALIZADA	%
Receita Tributária	31.264.783,49	28,26
Receitas de Contribuições	2.338.830,18	2,11
Receita Patrimonial	1.299.871,88	1,17
Receita de Serviços	7.288.410,05	6,59
Transferências Correntes	62.749.733,46	56,72
Outras Receitas Correntes	5.576.337,11	5,04
TOTAL RECEITAS CORRENTES	110.517.966,17	99,89
Operação de Crédito	0,00	0,00
Alienação de Bens	2.943,92	0,00
Transferência de Capital	115.000,00	0,10
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	117.943,92	0,11
Arrecadação 1º Qd 2017	110.635.910,09	100,00

1º Quadrimestre/2017 x 1º Quadrimestre/2016

(Comparativo)

RECEITA	Total Arrecadado (R\$)
Janeiro a Abril 2016	103.555.102,41
Janeiro a Abril 2017	110.635.910,09
Diferença (+)	7.080.807,68
Índice %	6,8377%



DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS 1º Qd 2017:

(Comparativo com mesmo período Exercício 2016)

RECEITAS	1º Qd 2017	%	1º Qd 2016	Var 16/17
IPTU	21.844.180,76	19,74%	13.668.037,89	59,8194%
FUNDEB	16.204.927,56	14,65%	16.375.509,58	-1,0417%
ICMS – LIQUIDO	13.745.382,63	12,42%	14.565.590,86	-5,6311%
FPM – LIQUIDO	11.533.594,46	10,42%	10.416.870,43	10,7203%
IPVA – LIQUIDO	10.677.180,14	9,65%	10.215.038,08	4,5241%
ÁGUA/ESGOTO	6.813.463,21	6,16%	6.345.850,02	7,3688%
DIVIDA ATIVA	4.718.232,78	4,26%	4.947.426,73	-4,6326%
I.S.S.Q.N.	4.630.110,52	4,18%	4.179.620,88	10,7782%
Q.S.E.	2.577.993,18	2,33%	2.421.624,31	6,4572%
BLOCO MAC	2.409.455,00	2,18%	2.530.067,80	-4,7672%
C.I.P.	2.331.315,61	2,11%	2.343.674,50	-0,5273%
I.R.R.F.	2.206.765,08	1,99%	1.632.603,29	35,1685%
BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	2.160.014,56	1,95%	2.294.930,70	-5,8789%
RECEITA PATRIMONIAL	1.299.871,88	1,17%	1.112.389,92	16,8540%
CONVÊNIOS – ESTADO	1.107.601,24	1,00%	1.240.576,89	-10,7189%
ITBI	1.049.803,98	0,95%	1.143.972,53	-8,2317%
CONVÊNIOS – UNIAO	295.629,71	0,27%	15.747,03	1777,3680%
DESVINCULAÇÃO DEP. JUDICIAIS (70%)	9.836,02	0,01%	2.639.115,80	-99,6273%
DEMAIS RECEITAS	5.020.551,77	4,54%	5.464.439,17	-8,1232%
ARRECAÇÃO - 1º QUADRIMESTRE	110.635.910,09	100,00%	103.553.086,41	6,8398%

DESPESAS

➤ DESPESA CORRENTES - Natureza da Despesa 3.x.x.xx.xx

Despesas de custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades.

➤ DESPESA DE CAPITAL - Natureza da Despesa 4.x.x.xx.xx

Despesas relacionadas com aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento. Normalmente, uma despesa de capital concorre para a formação de um bem de capital, assim como para a expansão das atividades do órgão.

DESPESAS POR NATUREZA

(Empenhadas x Processadas x Pagas)

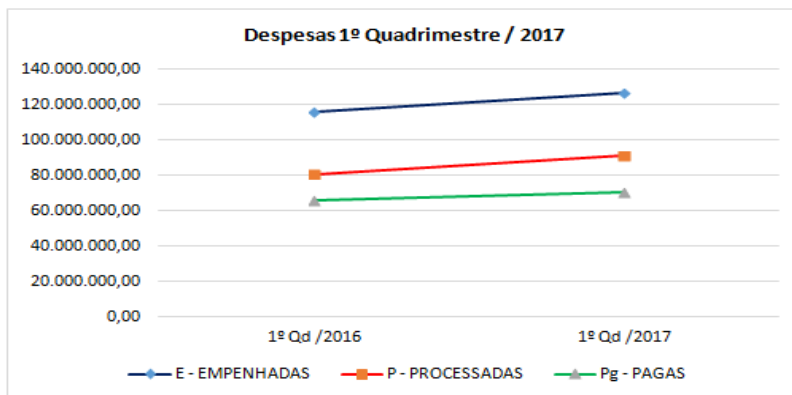
DESPESAS POR NATUREZA	EMPENHADAS	%	PROCESSADAS	P/E	PAGAS	Pg/P
DESPESAS CORRENTES	120.398.734,08	95,20	87.799.294,61	72,92%	67.463.910,07	76,84%
Pessoal e Encargos	51.556.429,13	40,77	51.556.429,13	100,00%	38.300.807,96	74,29%
Subvenções Sociais/Contribuições	13.236.678,49	10,47	5.820.841,97	43,98%	5.536.580,37	95,12%
Materiais de Consumo	14.922.259,60	11,80	6.844.438,26	45,87%	5.413.976,34	79,10%
Material, Bem/Servs. Distr. Gratuita	2.104.539,62	1,66	1.079.029,54	51,27%	711.971,83	65,98%
Serviços Terceiros Jurídicos	23.466.821,18	18,56	13.293.504,85	56,65%	12.291.094,81	92,46%
Ticket Alimentação	4.434.005,42	3,51	1.759.988,15	39,69%	1.759.988,15	100,00%
Déficit Técnico Biriguiprev	3.933.241,16	3,11	3.933.241,16	100,00%	95.333,72	2,42%
Outras Despesas Correntes	6.744.759,48	5,33	3.511.821,55	52,07%	3.354.156,89	95,51%
DESPESAS DE CAPITAL	6.070.963,75	4,80	3.070.729,25	50,58%	2.840.110,91	92,49%
Investimentos	1.709.011,74	1,35	755.896,71	44,23%	614.534,31	81,30%
Amortização de Dívidas	4.361.952,01	3,45	2.314.832,54	53,07%	2.225.576,60	96,14%
TOTAL	126.469.697,83	100,00	90.870.023,86	71,85%	70.304.020,98	77,37%

COMPARATIVO DE DESPESAS NO PERÍODO

EMPENHADAS X PROCESSADAS X PAGAS

2017 X 2016

DESPESAS	1º Qd /2017	1º Qd /2016
E - EMPENHADAS	126.469.697,83	115.956.556,23
P - PROCESSADAS	90.870.023,86	80.770.891,69
Pg - PAGAS	70.304.020,98	65.688.716,19
P/E	71,85%	69,66%
Pg/P	77,37%	81,33%



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

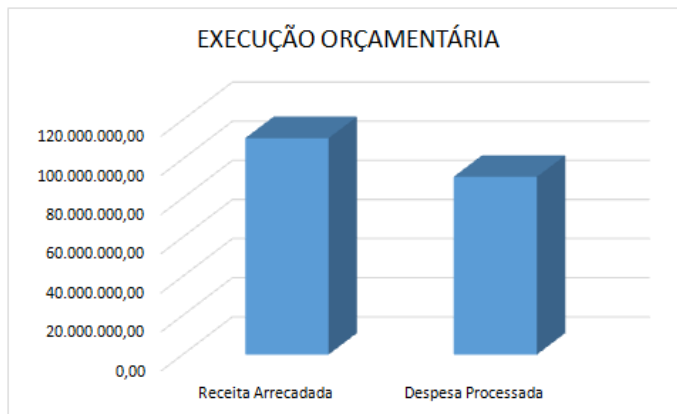
(DOTAÇÃO X EMPENHOS)

DESPESAS POR NATUREZA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	%
DESPESAS CORRENTES	285.003.339,94	120.398.734,08	42,24%
Pessoal e Encargos	160.969.930,65	51.556.429,13	32,03%
Subvenções Sociais/Contribuições	19.109.407,20	13.236.678,49	69,27%
Materiais de Consumo	24.828.108,44	14.922.259,60	60,10%
Material, Bem/Servs. Distr. Gratuita	3.507.347,00	2.104.539,62	60,00%
Serviços Terceiros Jurídicos	46.220.948,65	23.466.821,18	50,77%
Ticket Alimentação	8.089.724,00	4.434.005,42	54,81%
Déficit Técnico Biriguiprev	8.409.720,00	3.933.241,16	46,77%
Outras Despesas Correntes	13.868.154,00	6.744.759,48	48,63%
DESPESAS DE CAPITAL	18.734.817,54	6.070.963,75	32,40%
Investimentos	14.369.817,54	1.709.011,74	11,89%
Amortização de Dívidas	4.365.000,00	4.361.952,01	99,93%
TOTAL	303.738.157,48	126.469.697,83	41,64%

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receita Realizada X Despesa Processada

DESCRIÇÃO	VALORES
Receita Arrecadada	110.635.910,09
Despesa Processada	90.870.023,86
Saldo / Superavit	19.765.886,23
%	17,87%



DEMONSTRATIVO DO SALDO BANCÁRIO

30 de abril de 2017

Saldo em conta	30/04/2017
Fonte 01	26.389.893,78
Fonte 02	10.387.246,25
Fonte 03	714.410,75
Fonte 05	12.037.204,68
Fonte 06	142.166,55
Fonte 07	502.159,56
Total	50.173.081,57

Descrição	Fonte 01
CIP	10.332.627,81
CIP	2.394.133,94
FMDCA	892.280,96
JUDICIAIS	567.694,11
TESOURO	7.284.641,37
Outras Contas	4.918.515,59
Total	26.389.893,78

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO	VALOR
Saldo BANCÁRIO NO 1º QUADRIMESTRE	50.173.081,57
VALORES RESTITUÍVEIS	11.562,63
SALDO ATIVO FINANCEIRO	50.184.644,20
RESTOS A PAGAR NO 1º QUADRIMESTRE	6.998.857,12
R.P. 2012	93.019,78
R.P. 2014	649.385,26
R.P. 2015	2.505.327,04
R.P. 2016	3.751.125,04
EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR EX. 2017	20.399.960,81
VALORES RESTITUÍVEIS	430.634,06
SALDO PASSIVO FINANCEIRO	27.829.451,99
SUPERÁVIT FINANCEIRO	22.355.192,21

RESTOS A PAGAR

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

- **Restos a Pagar:** São as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Processadas - são as despesas inscritas em restos a pagar, Liquidadas e não pagas.

Não Processadas - são as despesas empenhadas e não liquidadas.

- **Método de Apuração:** a apuração é feita identificando-se os restos a pagar das despesas liquidadas e não pagas (processadas) e os restos a pagar das despesas empenhadas e não liquidadas (não processadas).

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

Restos a Pagar	2016	2017
Saldo Inicial	40.478.646,89	25.374.255,91
Inscrições	21.717.446,43	0,00
Pagamentos	32.437.929,66	18.211.213,59
Cancelamentos	4.383.907,75	164.185,20
Saldo Final	25.374.255,91	6.998.857,12

EXERCÍCIO	2016	Cancelados	Pagos	Restos a Pagar
2012	93.019,78	0,00	0,00	93.019,78
2013	0,00	0,00	0	0,00
2014	671.451,41	0,00	22.066,15	649.385,26
2015	2.892.338,29	132,00	386.879,25	2.505.327,04
2016	21.717.446,43	164.053,20	17.802.268,19	3.751.125,04
SOMA	25.374.255,91	164.185,20	18.211.213,59	6.998.857,12

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

Composição do Saldo

RESUMO RESTOS A PAGAR	2012	2014	2015	2016	2017
PRÓPRIOS - PROCESSADOS	-	23.083,42	80.675,47	2.178.794,86	2.282.553,75
VINCULADOS - PROCESSADOS	40.642,45	70.269,19	86.021,31	745,90	197.678,85
PRÓPRIOS - NÃO PROCESSADOS	-	141.079,16	236.220,72	503.291,38	880.591,26
VINCULADOS - NÃO PROCESSADOS	52.377,33	414.953,49	2.102.409,54	1.068.292,90	3.638.033,26
Restos a Pagar - 2017	93.019,78	649.385,26	2.505.327,04	3.751.125,04	6.998.857,12

DÍVIDAS

➤ **DÍVIDA FLUTUANTE** - (art. 92, Lei 4320/64) Art. 115, Dec. 93.872/86

Dívidas de curto prazo

- a) não depende de autorização legislativa;
- b) só pode ser interna;
- c) é dívida de curto prazo.

Compreende:

- a) despesa extraorçamentária;
- b) restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- c) os serviços da dívida a pagar;
- d) os depósitos;
- e) débitos de tesouraria.

➤ **DÍVIDA FUNDADA** - (art. 98, lei 4320/64) Art. 29, LRF

Dívidas de longo prazo

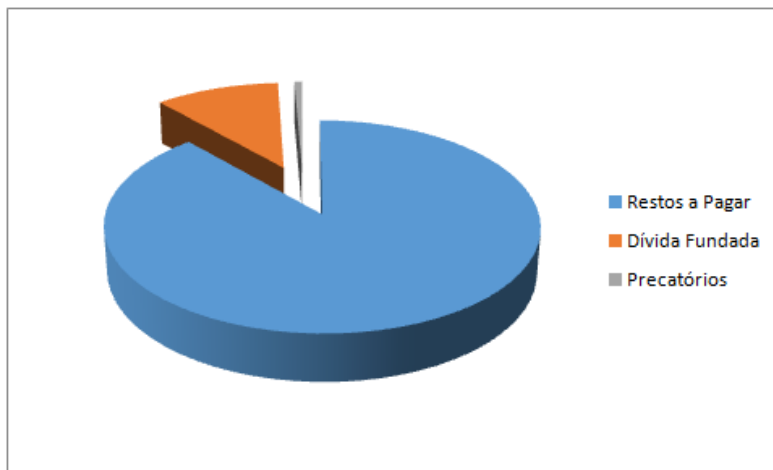
- a) Com exigibilidade superior a 12 meses
- b) Em geral contraídas para suprir o desequilíbrio orçamentário ou financiamento de obras e serviços públicos (art. 98, lei 4320).

DÍVIDA FUNDADA - DÍVIDA TOTAL

CREDOR - DÍVIDA FUNDADA	Exerc. Anterior	Inscrição	Corr. Monetária	Amortização	Saldo Atual
INSS – FATEB	1.852.562,52	-	-	64.082,07	1.788.480,45
Birigui Prev. Lei 5633	892.943,32	-	361.067,92	658.715,72	595.295,52
Birigui Prev. Lei 6128-Patronal	747.065,49	-	13.585,68	75.841,64	684.809,53
Birigui Prev. Lei 6128-Servidor	761.772,39	-	13.853,03	77.334,07	698.291,35
Birigui Prev. Lei 6289 - Parcel	9.805.625,34	-	20.038,17	684.826,21	9.140.837,30
PASEP	753.469,93	-	-	32.341,10	721.128,83
Op. Crédito – Pró-Transporte	5.833.571,48	-	-	71.399,82	5.762.171,66
Parcelamento - Bienal	1.729.731,98	-	-	350.616,80	1.379.115,18
Op. Crédito – Desenvolve SP	1.831.651,93	-	-	61.250,44	1.770.401,49
Termo de Acordo - APAE	-	1.193.349,85	-	149.168,73	1.044.181,12
TOTAL DÍVIDA FUNDADA	24.208.394,38	1.193.349,85	408.544,80	2.225.576,60	23.584.712,43
Precatórios	-	612.676,96	7.755,88	136.783,39	483.649,45
Déficit Técnico – Biriguiprev	-	5.963.272,36	-	-	5.963.272,36
TOTAL GERAL DÍVIDA	24.208.394,38	7.769.299,17	416.300,68	2.362.359,99	30.031.634,24

RESUMO DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS

Pagamento Dívidas	
Restos a Pagar	18.211.213,59
Dívida Fundada	2.225.576,60
Precatórios	136.783,39
TOTAL PAGO	20.573.573,58



LIMITES OBRIGATÓRIOS

DESPESAS COM PESSOAL

Lei Complementar 101/2000

- **Art. 18, §1º** - O somatório dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdências.
- **Art. 18 § 2º** A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- **Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
 - b) 54% para o Executivo.**
- **Art. 22** A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal **exceder a 95% do limite**, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no [inciso X do art. 37 da Constituição](#);

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no [inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição](#) e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

DESPESAS COM PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	%	VALOR
Gastos com Pessoal	48,90%	153.066.108,70
Outros Gastos	51,10%	159.949.755,44
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		313.015.864,14
Comprometimento		48,90%

*** Alerta TCE!**



LIMITES OBRIGATÓRIOS

APLICAÇÕES NA SAÚDE

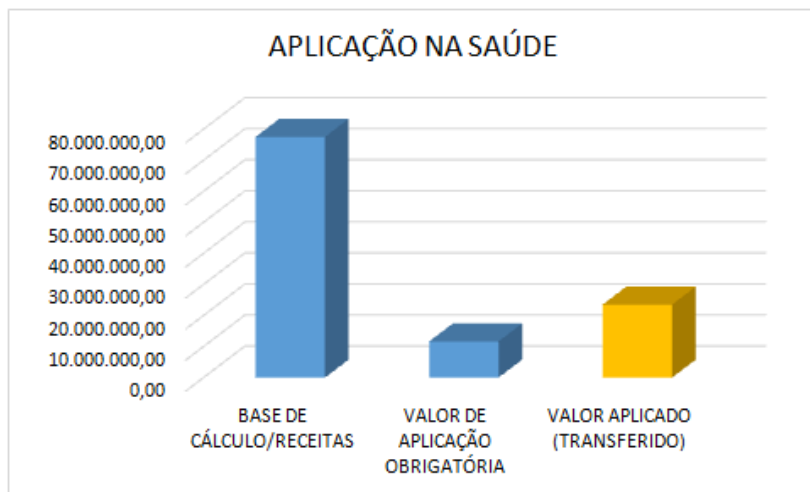
LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

APLICAÇÕES NA SAÚDE

APLICAÇÃO - SAÚDE 15%	VALOR R\$	%
BASE DE CÁLCULO/RECEITAS	77.524.460,12	100,00%
VALOR DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA	11.628.669,02	15,00%
VALOR APLICADO (TRANSFERIDO)	23.517.146,91	30,34%



LIMITES OBRIGATÓRIOS

APLICAÇÕES NO ENSINO

➤ **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios vinte e cinco por cento**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

➤ **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

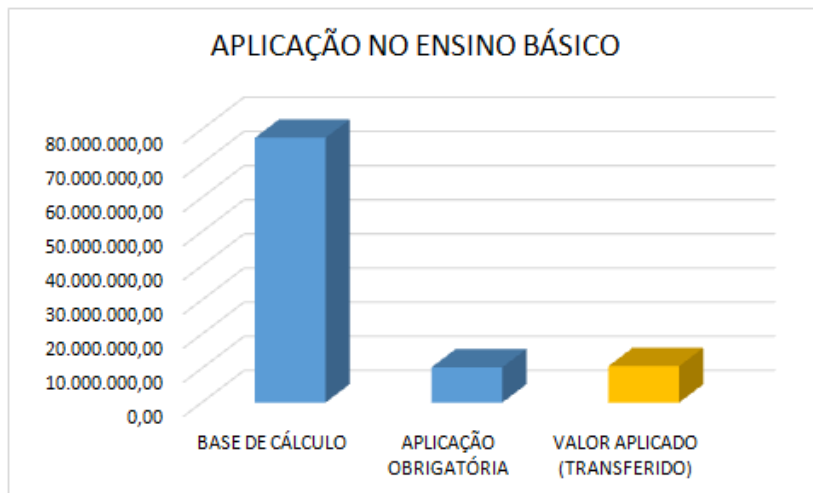
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Art. 68 Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

APLICAÇÕES NO ENSINO

APLICAÇÃO - EDUCAÇÃO BÁSICA 25%	VALOR R\$	%
BASE DE CÁLCULO	77.524.460,12	100,00%
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA	10.337.557,75	25,00%
VALOR APLICADO (TRANSFERIDO)	10.665.626,88	28,17%



LIMITES OBRIGATÓRIOS

APLICAÇÕES NO FUNDEB

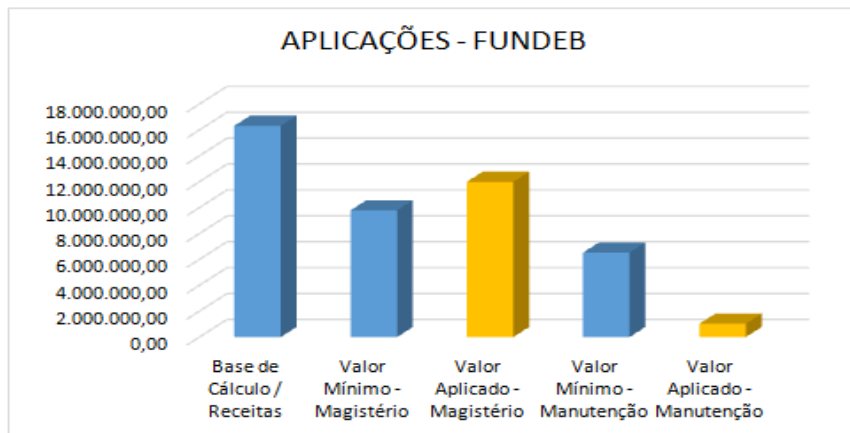
LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

APLICAÇÕES NO FUNDEB

APLICAÇÕES NO FUNDEB	VALOR - R\$	%
Base de Cálculo / Receitas	16.322.795,10	100%
Valor Mínimo - Magistério	9.793.677,06	60,00%
Valor Aplicado - Magistério	11.992.426,02	73,47%
Valor Mínimo - Manutenção	6.529.118,04	40,00%
Valor Aplicado - Manutenção	1.028.203,35	6,30%
SALDO A SER APLICADO	3.302.165,73	20,23%



INFORMAÇÕES

www.birigui.sp.gov.br



The screenshot shows the official website of the Municipality of Birigui. At the top, there is a blue header with the city's coat of arms and the text 'PORTAL DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI'. To the right of the header, it says 'Seja Bem-vindo, Quarta-feira 22 de Fevereiro de 2017' and includes a search bar labeled 'Busca Rápida'. On the left side, there is a vertical menu with buttons for 'Serviços', 'Webmail', 'Telefones Úteis', and 'Contas Públicas' (the last one is highlighted with a red box). Below the header, the 'Contas Públicas' section is displayed, featuring a search filter with 'Tipo: Todos' and 'AUDIÊNCIA' selected, and a search icon. Below the filter is a table of public accounts.

Descrição	Ano	Valor	Ação
Audiência Pública - 2016 - 2 QUADRIMESTRE - demonstracao	2016	Curtos	Baixar
Audiência Pública - 2016 - 1 QUADRIMESTRE - demonstracao	2016	Curtos	Baixar
Audiência Pública - 2015 - 3 QUADRIMESTRE - demonstracao	2015	Curtos	Baixar
Audiência Pública - 2015 - 2 QUADRIMESTRE - demonstracao	2015	Curtos	Baixar

Birigui, 29 de maio de 2017